

O que faria Bakhtin? / *What would Bakhtin Do?*

Michael Holquist*

RESUMO

Originalmente apresentado como palestra¹ no simpósio *Multilingual, 2.0?*, em Tucson (13 de abril de 2012), este ensaio de Holquist² — o famoso estudioso eslavista, comparatista e tradutor de Mikhail Bakhtin — explora a instabilidade ontológica de qualquer distinção entre fenômenos e práticas multilíngues, monolíngues e bilíngues. Baseado em Wilhelm von Humboldt, Noam Chomsky e escritos de Ferdinand de Saussure descobertos recentemente, o ensaio aprofunda a exploração feita por Holquist durante toda sua carreira sobre a natureza dialógica e a fundamentação da prática linguística, bem como as implicações disso para a construção futura de teorias no campo dos estudos sobre multilinguismo.

PALAVRAS-CHAVE: Bakhtin; Saussure; Significação; Dialogismo; *Parole*; Chomsky

ABSTRACT

Originally delivered as a lecture at the symposium Multilingual, 2.0? in Tucson (13 April 2012), this essay by Holquist—the eminent Slavic scholar, comparatist, and translator of Mikhail Bakhtin—explores the ontological instability of any distinction among multilingual, monolingual, and bilingual phenomena and practices. Drawing on Wilhelm von Humboldt, Noam Chomsky, and recently re-discovered writings of Ferdinand de Saussure, the essay deepens Holquist's career-long exploration of the dialogical nature and grounding of linguistic practice, as well its implications for future theory-making in multilingualism studies.

KEYWORDS: *Bakhtin; Saussure; Signification; Dialogism; Parole; Chomsky*

* Yale University, New Haven, Connecticut, United States.

¹ Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=H12_N6FDuKI]. Publicada na revista *Critical Multilingualism Studies*, v. 2, n. 1, pp.6-19, 2014. Transcrição e edição: Nea Petra Sample (Universidade do Arizona). Disponível em: [<http://cms.arizona.edu/index.php/multilingual/article/download/41/83>]. Acesso em: 09 maio 2017.

² NT: O Prof. J. Michael Holquist faleceu em 26 de junho de 2016, antes de poder autorizar esta tradução. Agradeço à sua esposa, Dra. Elyse Snyder e ao editor original, Dr. David Gramling, por darem permissão para publicação, bem como a Dra. Michelle Valois, pela revisão, e à Prof. Dra. Dóris de Arruda C. da Cunha (UFPE/UNICAP) pelas leituras e sugestões.

A relação simile: dissimile é uma coisa totalmente diferente da relação simile — similia, e, todavia, esta relação pertence até o âmago, mas inacessivelmente, à noção de valor.
Ferdinand de Saussure (2004, p.289)³

É impossível criar uma só palavra que seja.
Sergei Kartsevsky (1884-1955)

O tema em questão é “multilíngue”, um termo cuja ideia de quantidade e diversidade parece sugerir que poderia oferecer uma alternativa a ideologias baseadas na prioridade de uma única língua, qualquer que seja. Ainda assim, esse adjetivo pode ser menos inocente do que aparenta, na medida em que ele faz mais do que simplesmente nomear a condição em que diversas línguas são faladas. Eu trago essa questão à tona porque “multilíngue” e “bilíngue”, seu hipônimo mais corrente, são o que os gramáticos chamariam de adjetivos anafóricos; isto é, o significado deles depende de uma palavra prévia e, neste caso, uma da mesma família deles: “monolíngue”. A natureza do problema, me parece, já pode ser discernida pelo fato de que, seja como for, ambos os termos são incompletos em si mesmos e dependem do outro para ganhar sentido. Este é o primeiro indício para desconfiarmos de qualquer argumento em favor da unidade na unicidade presumida por “monolíngue”.

Como conceito anafórico, “multilíngue” funda-se especificamente na oposição entre vários e um. Assim, como seu antônimo, o termo sanciona a possibilidade de haver algo que se considere uma língua única. É verdade, obviamente, que, em um nível muito elevado de generalização, distinguimos entre pessoas que entendem apenas sua própria língua e aquelas que entendem outras além da sua. Esse uso corriqueiro de língua pode ser útil em certos contextos, como na hora de fazer o censo. Contudo, se não pensado mais a fundo, esse modo de conceber a linguagem nos impede de ver a natureza fraturada que ela revela quando examinada de forma mais completa. Uma concepção mais precisa, na minha opinião, é a de que a língua daqueles considerados falantes de uma única língua, no sentido cotidiano do termo, já está ela própria imersa na inelutável *desunidade* e multiplicidade formal que constituem a condição necessária

³ DE SAUSSURE, F. *Escritos de linguística geral*. Trad. Carlos Augusto Leuba Salum e Ana Lucia Franco. São Paulo: Cultrix, 2004.

para que uma língua possa existir. Deixar de perceber a multiplicidade sistêmica que mora no cerne de qualquer língua falada é ter uma visão desinformada em termos linguísticos, que histórica e politicamente resultou em monismo linguístico.

O monismo é sempre uma doutrina negativa. Seu negócio é dizer “não” às ideias que desafiam o argumento da unidade e desafiam tudo a que o monismo atribui a condição de ser *um*. O monismo linguístico, como sistema de crença positivista, tem uma concepção do mundo como algo que consiste de línguas comuns geograficamente dispersas, cada uma tendo sua própria identidade singular e distinta, ao mesmo tempo estável e unitária. Em seu caráter de ideologia da negação, o monismo então se opõe à realidade da mudança; cada língua comum que o monismo reconhece como uma entidade inteiriça e distinta de outras línguas está, na verdade, em um ponto instável de sua história enquanto sistema. Mais do que isso: mesmo quando o momento atual dessa língua distinta é concebido como uma unidade imaculadamente integrada, ela está, na verdade, permeada de dialetos que competem entre si. As línguas são batizadas com o nome do povo que as fala. E, quando uma língua é usada dessa maneira, por mais que possa de fato, em certo nível abstrato, definir uma população, a fala de qualquer comunidade nada mais é que um setor específico em um oceano de isoglossas que perfazem seus limites sistêmicos.

As outras características do monismo linguístico são encontradas não naquilo que ele nega, mas naquilo que ele afirma. Em sua encarnação positivista como sistema de crenças, o monismo defende — muitas vezes inconscientemente — que, do emaranhado de idiomas dotados de identidade própria no mundo, uma língua se destaca por ser incomum. No decorrer da história, acreditou-se em diferentes origens para essa singularidade, muitas vezes decorrente de alguma *Ursprache*⁴, dádiva dos deuses. De acordo com o *Fedro*, de Platão, o deus egípcio Tot trouxe a ordem à linguagem ao introduzir a escrita e a leitura. Mais tarde, estudiosos europeus debateram a questão interrogando qual seria a língua em que Jeová falou com Adão. E, no século 17, não só o hebraico, o que faz até certo sentido, mas também o sueco e o flamengo foram apontados como candidatos para esse período ancestral.

Essas tentativas de revelar uma língua natural adâmica foram engendradas em meio a uma ignorância generalizada sobre a natureza da língua como um fenômeno por

⁴ NT: Protolíngua ou língua primordial.

si só. E, portanto, tais teorias são na verdade culpadas de terem uma certa ingenuidade histórica. A situação é bem diferente quando incluímos tentativas de identificar uma língua que não só é unificada, mas cuja singularidade perfaz um corpo a tal ponto imaculado que possui poderes próprios. Essa língua entra no reino da magia, isolada das outras línguas humanas do mesmo modo que o sagrado é distinto do profano. Meu exemplo favorito disso é o caso do frei Luís de León, um monge agostiniano e professor de latim, grego e hebraico na Universidade de Salamanca, que traduziu, no século 16, o “Cântico dos Cânticos” para o espanhol a partir do texto original hebraico e, pelo seu esforço, foi condenado pela Igreja a cinco anos de prisão — não só porque sua língua-alvo era o vernáculo espanhol, mas também porque estava traduzindo do hebraico, uma língua-fonte também vernacular. Como dizia a acusação da Inquisição, ele tinha utilizado o “original corrompido” em vez da Vulgata latina, a tradução consagrada da Bíblia, sancionada pela Igreja, e que, portanto, tinha prioridade ideológica, senão histórica.

Os exemplos mais familiares dessa prática vêm da religião, o nacionalismo pós-romântico e o modo pelo qual cada Estado-nação insiste na ideia de uma natureza singular da língua para prender seus cidadãos à pureza de sua suposta completude — desses, há incontáveis exemplos. A França, obviamente, tem um longo histórico de tentar transformar em lei a unidade de uma certa visão da língua francesa, remetendo no mínimo aos tempos de François I, que tentou promover a cultura francesa associada a uma versão específica da língua francesa no seu *Ordonnance de Villers-Cotterêts*, de 1539. O sucesso dele na empreitada pode ser medido pelo fato de que, no fim do século 18, de acordo com uma pesquisa oficial da *Assemblée Nationale*, apenas três milhões de cidadãos franceses, de uma população de 28 milhões, falavam bem francês, e um número muito menor sabia escrever — sem mencionar que, pelo menos, seis milhões sequer falavam francês. Para os padrões da época, Napoleão era, então, completamente francês, na medida em que ele só veio a aprender a língua francesa aos quinze anos de idade, embora tenha falado com um forte sotaque corso durante toda a vida. Depois de 1789, os fugazes governos franceses buscaram concentrar o poder e impedir a Igreja Católica de catequizar os crédulos camponeses em seu próprio *patois*; assim, formularam um francês que, mesmo sendo falado por menos da metade da população,

seria a única língua legal no novo Estado revolucionário, banindo as várias outras línguas que eram comumente faladas na França à época.

Na Alemanha, patriotas como Johann Gottlieb Fichte defenderam argumentos tortuosos pela pureza e superioridade da língua alemã após a derrota da Prússia para Napoleão em 1806. Ele tinha um prazer especial em apontar que era muito melhor falar alemão do que francês, que tinha sido contaminado pelo latim. Para os filólogos do século 19, como Jakob Grimm — que era também, não por coincidência, historiador do Direito —, a língua nativa tinha a capacidade de definir seus falantes como unicamente alemães no presente porque continha a memória ainda viva dos primórdios do passado teutônico. Infelizmente, há muitos outros exemplos na história — e, o que é mais escandaloso ainda, no presente — em que uma língua em particular é sacralizada como um meio com poder singular para unificar uma nação.

Faço referência apenas de passagem à ação dos fanáticos contemporâneos como John Tanton, fundador do *Pro-English*, uma organização criada para defender a lei de 1994, que proibia o uso de outras línguas que não o inglês, e que também é (nenhuma surpresa) líder da mais radical organização anti-imigração do país, a Federação para a Reforma na Imigração Americana, cuja sigla em inglês é FAIR⁵.

“Bilíngue” — embora designe um conjunto distinto de problemas — é, assim como “multilíngue”, cúmplice de “monolíngue”, uma vez que ambas têm a capacidade antonímica de acionar o monismo presente em “monolíngue”. Muitos dentre nós sentem um desconforto com essa cumplicidade, aí a questão se torna: “Como podemos liberar a heteroglossia potencial do multilíngue dissociando-o do seu sombrio gêmeo monístico?” No curso da história, a oposição ao monismo linguístico assumiu várias formas características. Houve argumentos de fundo moral baseados no apelo aos direitos humanos fundamentais; houve argumentos políticos baseados na resistência ao poder arrogante do Estado. Mas não vou entrar nesses argumentos, que considero justos. Em vez disso, vou olhar para a história mais recente da linguística, incluindo a metalinguística de Bakhtin, na tentativa de entender melhor a verdade, aparentemente contrária ao senso comum, de que estar em pelo menos duas línguas parece ser a condição natural para que se possa, em primeiro lugar, ter uma língua.

⁵ NT: Em inglês, “Federation for the American Immigration Reform”. A palavra *fair*, entre outras coisas, pode ter sentido de *justo, adequado, agradável, honesto*.

Desde o século 19, quando o estudo acadêmico da linguagem se divorcia da filologia clássica, há argumentos científicos contra o monismo, na medida em que os linguistas buscaram entender a pluralidade intrínseca à linguagem de diversas maneiras. A atividade deles que interessa aqui é a tentativa de teorizar a conexão entre a polaridade do um e dos vários — o sentido primitivo e filosófico das raízes *mono* e *multi* — na forma como se aplicam à linguagem. A primeira tentativa moderna de refletir sobre o problema foi provavelmente a de Wilhelm von Humboldt. Ele postula a oposição binária, que paira sobre todas as tentativas subsequentes de definir a natureza da linguagem. A abstração estática de leis extrapessoais, as quais — a partir de Aristóteles — ele chama de *energeia* (atividade) e *ergon* (regras ou trabalho), constituiria o aspecto sistêmico da linguagem. Von Humboldt estava tentando compreender a relação entre as regras não faladas, fechadas, fonéticas e sintáticas que determinam se um enunciado tem sentido ou não em uma dada língua e as ilimitadas possibilidades criativas que cada falante dessa língua tem de construir sentido em situações particulares da vida real.

Von Humboldt era um kantiano que estava incomodado com a total ausência do papel da linguagem na filosofia crítica. Para ele, a omissão da linguagem por parte de Kant era particularmente grave, porque a linguagem, na visão de Von Humboldt, era exatamente a chave para responder às mais importantes questões que a epistemologia de Kant deixara de resolver. Assim, ele defendia que a linguagem não era, como se pensava anteriormente, simplesmente um instrumento do pensamento, *ergon*, mas a atividade do pensamento em si: *energeia*. Político liberal durante o breve período da reforma prussiana, ele buscou justificar a liberdade, argumentando que a liberdade era inerente à ilimitada capacidade humana de fazer uso das regras da linguagem. Quero registrar só de passagem que não é surpresa, portanto, que ele seja o verdadeiro herói do livro que Chomsky lançou em 1966 sobre a história do pensamento linguístico moderno.

A principal obra de Von Humboldt foi publicada após a sua morte sob os cuidados do seu irmão, Alexander, que era um grande explorador, mas não entendia de fato o que Wilhelm estava tentando fazer. Seu trabalho foi totalmente subsumido, assim que foi publicado, pela ênfase na linguagem ergonística que estava emergindo na Alemanha. O papel imprevisível do falante individual era um constrangimento para os

militantes, tais como os que compunham os *Junggrammatiker*, a escola dos jovens gramáticos de Osthoff e Brugmann, por exemplo. Em relação à linguagem, eles enfatizaram o aspecto impessoal de ser governada por regras, pois isso lhes permitia fazer afirmações de cunho mais geral e abstrato, similares às das ciências naturais, cujos cientistas estavam tentando entender as leis da física.

No começo do século, quando Pierre-Simon Laplace apresentou sua mecânica celeste a Napoleão, o imperador tentou causar-lhe desconforto ao apontar que o livro não mencionava Deus. Laplace deu então a célebre resposta de que ele não precisou dessa hipótese. Em um viés parecido, para os neogramáticos a existência de falantes reais de uma língua era uma hipótese da qual eles não precisavam. É, portanto, irônico que tenha sido justamente Ferdinand de Saussure, na sua fase mais inicial em Paris, um dos mais brilhantes representantes dos neogramáticos, que tenha teorizado um retorno ao aspecto criativo da linguagem. Isso ocorreu após ele retornar a Genebra em 1891, onde, durante os últimos anos da vida, concentrou-se obcecadamente na questão de qual seria o objeto de estudo dos linguistas. Ele embarcou em uma *magnum opus* que tinha como objetivo redefinir a natureza da linguagem: um projeto que deixou incompleto quando de sua morte prematura, em 1913. Saussure vinha, porém, usando partes de seu manuscrito nos últimos três cursos que ministrou antes de sua morte. E dois de seus alunos — alunos que, por sinal, não eram dos mais talentosos — publicaram em 1915 as anotações que haviam feito nesses cursos como o *Cours de Linguistique Générale*.

Foi essa versão das teorias de Saussure que os admiradores e oponentes reverenciaram e atacaram nas décadas subsequentes, incluindo — entre outros — Bakhtin e seus amigos na Rússia. Eles estavam entre os primeiros a condenar o que aparentava ser, a julgar pelo *Cours*, a condição primeira e necessária da tentativa de Saussure de definir a linguagem: a distinção entre *langue*, as regras gerais que governam uma língua em particular, e *parole*, a fala de um falante vivo daquela língua. Essa dualidade inerente e fatal, como Saussure a chama, está no cerne da tentativa do *Cours* de articular uma definição coerente da linguagem, como tema definidor da disciplina de linguística geral. Somente negligenciando a energia aleatória da *parole* e se concentrando na *langue*, ordenada por regras, o investigador poderia, diz ele, fornecer um sustentáculo satisfatório para a mente. Esse estágio do pensamento de Saussure pode ser resumido na afirmação, tirada do *Cours* — e repetida milhares de

vezes desde que Saussure foi adotado na teoria literária —, em que ele diz: “Tudo que precede equivale a dizer que na língua só existem diferenças” (2006, p.139)⁶. Voltarei a essa bem conhecida faceta da teoria saussuriana quando discutir, mais adiante, a relevância da metalinguística de Bakhtin para o nosso tema.

Mas permitam-me observar, neste ponto, que a visão costumeira de Saussure, baseada nas anotações de seus alunos, é na verdade também baseada em uma série de conceitos equivocados.

Os mal-entendidos surgiram porque todo mundo presumiu que a *magnum opus* em que Saussure sabidamente estava trabalhando tinha desaparecido. A história está repleta de perdas tentadoras e se presumiu que, assim como os capítulos perdidos da *Poética da definição da comédia* de Aristóteles, o manuscrito saussuriano de *Sobre a natureza da linguagem* também tinha se perdido. Então, em 1996, trabalhadores que estavam escavando um velho laranjal na propriedade de Saussure descobriram uma coleção de manuscritos e cadernos, incluindo rascunhos da grande obra em que Saussure estava trabalhando quando morreu. O manuscrito, às vezes chamado por Saussure de *Science du langage* ou *De la double essence du langage*, contém vários elementos que complicam os estereótipos baseados na publicação das anotações de seus alunos em 1915. Parece claro que Saussure estava caminhando para uma arquitetura que, em última instância, seria capaz de abarcar a idiossincrasia da *parole*.

A chave para conseguir isso está em um ensaio seminal de um aluno de Saussure, o grande gramático russo Sergei Kartsevsky. Kartsevsky não foi só aluno de Saussure: ele também ensinou em Genebra por vários anos, na verdade até a década de 1950. Kartsevsky, influenciado por sua proximidade com Saussure, com quem conversou várias e várias vezes enquanto bebiam juntos, escreve “Oposição, pura e simples, necessariamente leva ao caos e não pode servir de base para um sistema. A verdadeira diferenciação pressupõe uma semelhança simultânea na diferença” (STEINER, 1982, p.51)⁷. No fim das contas, o elo que seria proposto tanto para distinguir quanto para ligar o papel primordial da diferença à linguagem seria buscado justamente na área que o Saussure anterior tinha renegado: a fala viva usada nas

⁶ SAUSSURE, F. de. *Curso de linguística geral*. Org. por Charles Bally, Albert Sechehaye. Trad. de A. Chelini, J. P. Paes, I. Blinkstein. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

⁷ NT: Tradução nossa. No original: “Opposition, pure and simple, necessarily leads to chaos and cannot serve as a basis of a system. True differentiation presupposes a simultaneous resemblance in difference”.

comunidades humanas — e pode-se ver pelos manuscritos do laranjal que o próprio Saussure estava trabalhando na direção dessa resposta.

Ele desenvolve uma elaborada metáfora marítima. Saussure estava muito poético na sua fase final. Sua escrita, cheia de desenhos maravilhosos, é bem diferente do seu estilo nos primórdios. Saussure tornou-se um tanto quanto místico nos últimos anos. Entre as metáforas que ele elabora nesses manuscritos tardios, há uma que diz o seguinte:

um sistema semiológico tem que ser parte de uma coletividade. De fato, um sistema semiológico, qualquer que seja, não é um barco no estaleiro, mas um barco lançado ao mar. Qual é o verdadeiro: o barco sob uma cobertura, nas mãos dos engenheiros, ou o barco no mar? Certamente só o barco que está no mar pode revelar o que é um barco. O meio da coletividade muda tudo. Um sistema de signos é feito para a coletividade como o barco para o mar⁸.

Mas, do mesmo modo que Moisés não viveu para entrar na terra prometida, Saussure também não viveu para ver o surgimento de teorias desenvolvidas para o estudo do navio da língua no mar de uma comunidade.

Exemplos posteriores, como a virada linguística na filosofia britânica, representada por pensadores da linguagem ordinária, como Stephen Mulhall, J. L. Austin e Paul Grice, estão relacionados à fase final de Ludwig Wittgenstein. Depois da crítica cáustica de *Words and Things*, de Ernst Gellner, em 1958, a escola perdeu um pouco sua autoridade, à exceção de Wittgenstein. Junto com o estudo dos atos de fala, sobre os quais Mary Louise Pratt fez um apanhado definitivo (2013), penso nas obras de Erving Goffman, John Searle e William Labov, que começaram a ter impacto nos anos 1960.

Atualmente, com o desenvolvimento do estudo da fala cotidiana, há uma enxurrada de trabalhos impressionantes, como os de Michael Silverstein, John Gumperz, Deborah Tannen e muitos outros. Novas disciplinas surgiram para estudar como a língua se intersecciona com os aspectos extralinguísticos das culturas que a fala. A análise do discurso, a análise da conversação, a pragmática, a antropologia linguística

⁸ NT: Embora a transcrição do inglês coloque aspas, Holquist faz aqui, na verdade, um resumo do que Saussure diz em dois parágrafos de *Escritos de linguística geral* (SAUSSURE, 2004, p.202-203).

e a sociolinguística surgiram todas para estudar o impacto da sociedade na linguagem, e a sociologia da linguagem surgiu para estudar o impacto da linguagem na cultura.

Mas todos esses movimentos posteriores tiveram uma relação tortuosa com a linguística dura, que no período após a morte de Saussure foi dominada ou pelo estruturalismo de Roman Jakobson e Nikolai Sergejevich Trubetzkoy na Europa, ou pela versão behaviorista do estruturalismo defendida por Leonard Bloomfield nos Estados Unidos. Cada uma dessas escolas teve uma relação complicada com o primeiro Saussure do *Cours* publicado pelos alunos. Bloomfield sequer menciona Saussure em *Language*, sua obra-prima de 1933. Apesar disso, o compromisso inicial de Saussure com um sistema abstrato é um princípio norteador tanto em Bloomfield quanto em Jakobson.

Houve, no entanto, uma versão ainda mais extrema da linguística estruturalista que estava para entrar no campo linguístico e varrer tudo que veio antes. A data formal dessa revolução pode muito bem ser 1946. Esse é o ano do texto *Methods in Structural Linguistics*, de Zellig Harris, amplamente considerado como o primeiro passo de verdadeira ascensão da vertente da gramática transformativa que se desenvolveu sob a liderança de Noam Chomsky, aluno de Harris. Harris era um teórico versátil. Apesar da abstração formalista que a maior parte de sua obra apresenta, o linguista de viés antropológico Edward Sapir o considerava seu herdeiro. (Na verdade, ele queria que Harris se tornasse genro dele. Harris costumava ir de carro a New Haven para visitar Sapir.) De qualquer modo, por um lado, Harris se esforçou por incorporar a matemática à sua análise. Ele escreveu três livros tentando provar que matemática e linguagem são essencialmente a mesma coisa. Ele tentou demonstrar que a afirmação de Bertrand Russel — de que a matemática é igual à linguagem — estava errada e que, na verdade, era o contrário: a linguagem é que é igual à matemática. Mas, por outro lado, ele é geralmente considerado um dos fundadores da análise do discurso por suas tentativas de testar os limites do reconhecimento fonêmico de alofones no discurso falado e esteve profundamente envolvido nas primeiras tentativas de criar a tradução automática. Grande parte de seu trabalho foi financiado pela CIA e pelos militares, do mesmo modo que grande parte da obra de Jakobson nessa mesma época.

Contudo, foi o aluno de Harris, Chomsky, quem levou o estudo da linguagem a um patamar de abstração especulativa que nunca fora alcançado desde as tentativas dos

Modistas de definir uma gramática universal, no século 13. Há muitas formas de mapear as reviravoltas do pensamento de Chomsky no decorrer dos anos. Várias delas referentes a uma explicação muito repensada da dualidade entre, de um lado, os princípios legisladores inconscientes que permitem que os humanos se comuniquem, mas que nunca são de fato articulados; e, do outro lado, as línguas humanas realmente faladas na vida cotidiana. Em várias ocasiões, Chomsky chamou esses dois aspectos do dualismo de “i-language”, a intencional — com o “i” indicando *intencional* ou *interna* —, e “e-language”, que seria a *expressiva*. Em uma reformulação posterior, em um texto da revista *Science* em 2002, um artigo de fato importantíssimo, ele retoma a questão sob a ótica da faculdade da linguagem, em vez de falar da língua. Chomsky aborda a faculdade da linguagem para estabelecer distinção entre dois níveis: a faculdade da linguagem no sentido amplo, FLA, e faculdade da linguagem no sentido estrito, FLE. Seu argumento é que, embora todas as espécies animais possuam, em maior ou menor extensão, a faculdade da linguagem em sentido amplo, somente a faculdade da linguagem em sentido estrito caracteriza os seres humanos. É, na verdade, o componente evolucionário, diz ele, que de fato nos define como seres humanos. A FLE é definida como um sistema computacional interno abstrato manifesto nos benefícios que ele concede, como a capacidade das crianças de prontamente, sem instrução, dominar qualquer língua humana em meio à qual ela nasceu; a habilidade de traduzir de uma língua para outra; e, sobretudo, a capacidade de produzir infinitas frases com base em regras finitas. Um falante é capaz de usar e entender orações que não têm nenhuma semelhança física, nenhuma correlação ponto a ponto, com qualquer frase que ele ou ela ouviu antes.

Meu amigo, Richard Ohmann, que agora está no conselho diretor da Associação de Língua Moderna, costumava fazer um experimento interessante com seus alunos do Departamento de Língua Inglesa da Universidade Wesleyan, que demonstra a vastidão dessa capacidade. Ele mostrou a 25 calouros um cartum simples e pediu que descrevessem em uma frase o que estava acontecendo na imagem. Todas as 25 respostas foram diferentes. Ohmann então processou os resultados em um programa de computador criado para determinar quantas frases gramaticalmente corretas podiam ser geradas somente com as palavras usadas nessas 25 frases. O resultado indicou 19,8 bilhões de possibilidades diferentes.

As teses de Chomsky em 2002 estiveram recentemente na mídia pelo fato de terem sido contestadas por Daniel Everett, especialista na tribo amazônica Pirahã, um grupo cuja linguagem desafia a maioria das categorizações linguísticas⁹. O Pirahã parece não só não ter flexões de número, mas também — e isso é o principal — não ter recursividade.

A recursividade é um conceito usado em muitas disciplinas, como a matemática e a computação. Aliás, a computação torna-se impossível sem ela. Mas, em linguística, esse conceito se refere primeiramente às características sintáticas de orações embutidas em períodos, como em “Jack suspeitava que Ellen sabia que Jane não estava dizendo a verdade quando ela disse a Dick que estava presente quando Arnold caiu da bicicleta”. De modo mais geral, estive trabalhando com cientistas cognitivos no Laboratório Haskins, estudando a diferença entre ler textos complexos e o tipo de leitura que fazemos quando lemos textos muito simples. Achar uma forma de problematizar, definir e testar a complexidade é de fato algo difícil de se fazer. O que fizemos foi usar exemplos bem complicados de recursividade, e parece ter funcionado. Apesar de o processo de chegar ao quinto nível de recursividade ser de enlouquecer qualquer um, isso é parte importante do argumento de Chomsky em relação à peculiar habilidade humana de ter a capacidade linguística em sentido amplo. Um exemplo que pode nos ajudar a ver como a recursividade funciona é uma publicidade do Droste, chocolate holandês, que traz a imagem de uma enfermeira servindo um copo de achocolatado em uma bandeja que também tem uma caixa de chocolate Droste com uma imagem de uma enfermeira servindo um copo de achocolatado que também tem uma caixa de chocolate Droste, com a imagem de uma enfermeira... É o princípio por trás da ideia do *mise-en-abyme* e da boneca russa conhecida como *matrioska*.

Mas por que a recursividade é importante? É importante porque, como diz Chomsky, é o algoritmo que solda a linguagem ao pensamento. É o que torna possível a forma como as pessoas pensam — ou, para usar os termos de Von Humboldt com que começamos esta empreitada, a recursividade é o nome do processo que liga *ergon* a *energeia*, um conjunto limitado de regras que nos permite fazer infinitas combinações

⁹ Nota dos editores da revista *Critical Multilingualism Studies*: Para discussões sobre as observações de Daniel Everett sobre a tribo Pirahã e sua relação com as teses de Chomsky, ver, por exemplo, How do you say ‘disagreement’ in Pirahã?, de Jennifer Schuessler, no jornal *The New York Times* (21 de março de 2012), e Angry words, de Tom Bartlett, no *The Chronicle of Higher Education* (20 de março de 2012).

de palavras. A recursividade também é importante para o meu argumento, então deixe-me dar mais um exemplo. É a atividade, um processo, um diálogo epistemológico entre regras abstratas e palavras concretas que torna possível o diálogo da vida real. A metáfora mais utilizada para explicar a recursividade como processo é a relação de um livro de receitas com a preparação de fato da refeição. Sem negar a elegância teórica nem a originalidade da teoria de Chomsky, é possível porém ver suas dificuldades ao enfrentar o grande problema que assombrou todas as mais importantes tentativas modernas de isolar o que a linguagem é: como encontrar um conceito único que possa abarcar todas as oposições sistêmicas e contingências existenciais que compõem as línguas como fenômeno vivo.

Embora ele despreze o sujeito da linguagem como tal, talvez seja Kant quem mais perto chega de uma explicação definitiva para o problema — que ele nunca relaciona à linguagem, claro. Foi a ênfase de Kant na síntese, ou *Verbindung*, dos conceitos *a priori* com a intuição pela experiência: uma nova vida que era a atividade fundamental da mente humana — a relação entre *Anschauung* e *Begriff* — e foi isso que abriu caminho para a afirmação de Von Humboldt de que a linguagem é pensamento, a pedra fundamental da epistemologia. De uma forma ou de outra, todos os autores que mencionei até aqui buscaram especificar essa atividade sintética. De uma forma ou de outra, é isso que todos eles têm em comum. O processo recursivo e os vários esquemas que descrevi são a atividade de pensar o mesmo problema — síntese de opostos — de maneiras distintas.

Se pudéssemos, ao menos a título de experiência, concordar nesse aspecto, a inclusão de Bakhtin nessa linha se tornaria óbvia. O diálogo, na versão dele, é a síntese com que os linguistas vêm se engalfinhando desde, pelo menos, a oposição humboldtiana entre *ergon* e *energeia*. Todos perceberam uma lacuna no cerne das fundações da linguagem. Esse reconhecimento os forçou várias e várias vezes a definir a linguagem como síntese e, ainda assim, *i-language* / *e-language*, FLB / FLN, *signifiant* / *signifié*... (a quantidade de pares se estende a perder de vista), todos buscam superar a lacuna. Mas a contribuição de Bakhtin para o problema é uma base diferente para o questionamento. A definição clássica dessa base é encontrada de forma caracteristicamente excêntrica. Em uma nota de rodapé no seu ensaio sobre o cronotopo, ele escreve: “Tomamos a apreciação de Kant [da importância do tempo e do espaço] no

processo de conhecimento, mas nós a compreendemos, diferentemente de Kant, não como ‘transcendentais’, mas como formas da própria realidade efetiva” (BAKHTIN, 2002, p.212)¹⁰. Ao mesmo tempo que aponta as afirmações epistemológicas e, na verdade, ontológicas de Kant como aspectos de um esquema, ele insiste em tratar esses elementos metafísicos a partir de um ponto de vista diferente. Esse ponto de vista começa pela premissa de que tudo é dialógico porque nada é em si mesmo. Assim como Saussure, ele vê o mundo como sendo primordialmente relacional, mas vai além, até mesmo, do Saussure dos cadernos tardios, ao enfatizar o papel da interação pessoal como sua base em uma comunidade.

Voltando por um momento aos comentários iniciais, podemos dizer que, para Bakhtin, não só há adjetivos anafóricos, como *quente/frio* ou *monolíngue/multilíngue*, mas que, para ele, tudo é anafórico na medida em que tudo está interconectado e não pode ser sem o outro. Essa ênfase na relação entre comunidade e linguagem é o que leva Bakhtin a se concentrar, como tema de sua preocupação, no que ele chama de enunciado, ou *высказывания*, a palavra viva em intercâmbio entre indivíduos únicos como a unidade fundamental da língua, em vez do signo ou da frase.

O enunciado é ativo; é um evento, uma categoria especial que Bakhtin sempre justapõe com a própria existência, *событиябытия*, o evento de co-ser. A metalinguística de Bakhtin advém de seu conceito de seres humanos como pessoas que partilham a tarefa de serem responsáveis por sua própria “situacionalidade” em um tempo e espaço particulares — a língua de cada um deles, então, é parte de um intercâmbio permanente com os outros, que também devem responder pelo lugar único que ocupam na existência. Em um ambiente tão compartilhado, não há primeira palavra e não há palavra isolada.

Não temos espaço aqui para explorar as ideias de Bakhtin em detalhe, mas, para concluir, espero ter dito o suficiente para sugerir que há uma definição do real, do que poderia ser conhecido, e a formulação de uma ética do dialogismo. Pode-se concluir que a natureza complexa da linguagem — da forma como foi definida pelos linguistas como um fenômeno, e por Bakhtin como uma metalinguística — é uma dinâmica essencial da vida humana. Também é possível concluir que algo complexo e compartilhado como a

¹⁰ BAKHTIN, M. Formas de tempo e de cronotopo no romance: ensaios de poética histórica. In: BAKHTIN, M. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. Trad. Aurora Fornoni Bernadini et al. 5. ed. São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002, p. 211-362.

linguagem jamais poderá ser abordado de forma responsável se for tratado como uma coisa segregada e unitária. A forma oficial de um dialeto sancionado pelo Estado é tão dilacerada quanto os dialetos excluídos — no âmbito das tendências centrífugas que atuam na própria língua. O monolinguismo é sempre uma ficção; portanto, uma política estatal sobre a língua é sempre suspeita.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. Forms of Time and of the Chronotope in the Novel. In: BAKHTIN, M. *The Dialogical Imagination*. Translated and edited by Caryl Emerson and Michael Holquist. Austin, TX: University of Texas Press, 1982, pp.84-258.

BLOOMFIELD, L. *Language*. Chicago: University of Chicago Press, 1984.

CHOMSKY, N. *Topics in the Theory of Generative Grammar*. The Hague; Paris: Mouton & Co, 1966.

HAUSER, M.; CHOMSKY, N.; FITCH, T. The Faculty of Language: What is it, Who has it, and How did it evolve? *Science*, v. 298, n. 5598, pp.1569-1579, 2002. Available at: [<http://science.sciencemag.org/content/298/5598/1569>]. Access on: 09 May 2017.

HARRIS, Z. *Methods in Structural Linguistics*. Chicago: University of Chicago Press, 1951.

PRATT, M. If English was good enough for Jesus: monolinguismo y mala fe. *Critical Multilingualism Studies*, v. 1, n. 1, pp.12-30, 2012. Available at: [<http://cms.arizona.edu/index.php/multilingual/article/view/10/28>]. Access on: 09 July 2017.

DE SAUSSURE, F. *Writings in General Linguistics*. Translated by Carol Sanders and Matthew Pires. Oxford: Oxford University Press, 2006.

DE SAUSSURE, F. *Course in General Linguistics*. Edited by Perry Meisel and HaunSaussy. Translated by Wade Baskin. New York: Columbia University Press, 2013.

STEINER, P. *The Prague School: Selected Writings. 1929-1946*. Austin, TX: University of Texas Press, 1982.

Tradução de Heber de O. Costa e Silva – heber1979@gmail.com

Recebido em 09/05/2017

Aprovado em 16/07/2017